

## **Nova Economia Institucional e a Gestão para a Sustentabilidade**

**EMILIA DE OLIVEIRA FARIA**  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
emiliaofaria@gmail.com

**GILMAR DOS SANTOS MARQUES**  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
gilmar.marx@gmail.com

# Nova Economia Institucional e a Gestão para a Sustentabilidade

## Resumo

O presente estudo pretendeu apresentar uma discussão teórica a partir dos pressupostos da abordagem neoinstitucionalista, de modo a contribuir para uma melhor compreensão do comportamento das organizações diante das novas demandas sociais, em especial, da sustentabilidade. Além disso, também foi realizada uma revisão sistemática da literatura nacional com o intuito de mapear os artigos publicados no Brasil que discorrem sobre as mudanças organizacionais relacionadas à sustentabilidade e às suas principais influências. Os principais achados da revisão sistemática foram: existem poucos estudos sobre os instrumentos proativos/voluntários utilizados pelas empresas; embora não haja uma especificação quanto ao uso da Teoria Neoinstitucional no referencial teórico dos artigos, as variáveis apontadas estão diretamente ligadas ao *framework* da NEI; há uma crescente homogeneização do comportamento das organizações no que diz respeito aos relatórios de sustentabilidade e sua divulgação; as atividades extrativas, devido ao seu grande impacto, estão preocupadas com questões ambientais e se mostram engajadas com processos de certificação ambiental; e por fim, os processos isomórficos têm sido evidenciados em vários segmentos do mercado no que se refere às práticas sustentáveis.

Palavras-chave: Neoinstitucionalismo; Organizações; Comportamento Voluntário; Sustentabilidade

## New Institutional Economy and Management for Sustainability

### Abstract

The present study aimed to present a theoretical discussion based on the assumptions of the neo-institutionalist approach, contributing to a better understanding of organizational behavior in the face of new social demands, especially sustainability. Moreover, a systematic review of the national literature was conducted to map the articles published in Brazil that discuss organizational changes related to sustainability and its main influences. The main findings of the systematic review were: studies on the proactive / voluntary instruments used by companies are still scarce; although there was no indication regarding the use of Neo-institutional Theory in the articles' theoretical framework, the variables pointed out are directly linked to the NEI framework; there is a growing homogenization of organizational behavior regarding sustainability reports and their disclosure; the extractive activities, due to their great impact, are concerned with environmental issues and are committed to environmental certification processes; and finally, isomorphic processes have been evidenced in various market segments regarding sustainable practices.

Keywords: Neo-institutionalism; Organizations; Voluntary Approach; Sustainability

## 1 Introdução

A gestão ambiental e as relações homem x natureza, natureza x mercado, mercado x sociedade estão em um período de mudanças drásticas. As sociedades, aos poucos, estão começando a ter discussões relevantes sobre o "desenvolvimento sustentável". Entretanto, ainda há uma grande imprecisão sobre o que isso significa, qual a sua urgência e, sobretudo,

como atingi-lo. Conceitos do que é economicamente e tecnologicamente prático, ecologicamente necessário e politicamente viável estão rapidamente mudando. Implícitas nessas mudanças de estratégia estão diferentes filosofias da relação homem x natureza (Colby, 1991).

No passado, para os teóricos organizacionais, a criação de organizações ecologicamente sustentáveis, não fazia sentido frente às necessidades de eficiência econômica e produtividade. Todavia, em função das mudanças culturais, das tensões sociais e da degradação ambiental, surge o desenvolvimento sustentável como alternativa desejável e prioritária nesse contexto. Diante disso, percebe-se, nos dias atuais, uma transformação das empresas no que diz respeito às tecnologias, ao *design* dos produtos, estrutura organizacional e até sua missão e visão corporativas (Jennings & Zandbergen, 1995).

Após a segunda revolução industrial, em um contexto de crescimento econômico, produção em grande escala, comércio intercontinental, era impossível para os economistas e empresários pensar em um desenvolvimento que não estivesse atrelado à eficiência econômica. Mais recentemente, diante da possibilidade de falência desse sistema de máxima exploração, Sachs (2008) alerta para a existência de dois tipos de eficiência, dissociados da visão neoclássica de plena utilidade dos meios de produção e da máxima alocação de recursos: a eficiência social (relacionada ao trabalho decente) e a ecoeficiência (relacionada às questões ambientais).

Desse modo, observa-se, na última década, que a questão ambiental deixa de ser vista como domínio exclusivo dos ecólogos e de ONGs, passando a ser incorporada às preocupações centrais da sociedade e das organizações. Para Jennings & Zandbergen (1995) a "sustentabilidade" é um conceito que deve ser incorporado em uma teoria maior sobre como o sistema ecológico e o sistema social devem se relacionar para permanecerem intactos em longos períodos de tempo.

Desde o final da década de 80, em especial após a Rio 92 - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, os formuladores de políticas públicas enxergaram que a apenas coerção governamental não seria suficiente para impor um comportamento sustentável para as organizações. Assim, os atores envolvidos nesse processo, formuladores de políticas, empresários, ONGs, deixam o papel de adversários para buscar os ganhos potenciais da colaboração ao desenvolver e implementar políticas ambientais (Prakash, 2000).

Diante dessas mudanças de comportamento e até paradigmáticas, é possível vislumbrar a relevância da abordagem institucional, para tentar explicar essas iniciativas organizacionais, uma vez que ela busca entender as mudanças ocorridas nos contextos cultural e político, sobretudo compreender os processos cognitivos, sociais e simbólicos (North, 1991).

A teoria institucional aborda a influência das dinâmicas institucionais em que as empresas estão inseridas e a necessidade destas legitimarem-se frente aos agentes sociais, institucionais e econômicos com os quais se relacionam. Deste modo, esse processo de institucionalização gera mitos que fazem com que as organizações respondam adotando modelos tidos como melhores práticas (Meyer & Rowan, 1977).

Nesse sentido, este artigo representa uma tentativa de contribuir com a discussão teórica sobre o modo como a abordagem neoinstitucional pode contribuir para explicar a mudança de comportamento das organizações frente às demandas sociais no que diz respeito às práticas sustentáveis. Ademais, buscou-se investigar, a partir de uma revisão sistemática da literatura nacional, como as dinâmicas institucionais refletem a ação organizacional das empresas brasileiras.

Além desta seção inicial, o presente artigo possui quatro partes. Na seção seguinte, foram abordados os aspectos que envolvem as referências bibliográficas da Nova Economia

Institucional (NEI), da evolução sobre as políticas ambientais, assim como o comportamento das organizações. Na terceira da parte, apresentou-se a metodologia adotada para este trabalho. Na seção quatro, foram analisados e discutidos os resultados obtidos na pesquisa. E, para concluir, foram apresentadas as considerações finais.

## 2 Revisão Bibliográfica

### 2.1 Institucionalismo e a Nova Economia Neoinstitucional (NEI)

No tocante à discussão e implementação de políticas para a consecução de uma economia e sociedade sustentáveis, é importante fundamentar a dinâmica pela qual a sociedade constitui novos padrões de racionalidade que possam ser institucionalizados nas suas diversas esferas, entre elas, as organizações. Assim sendo, buscou-se apoio na Teoria da Nova Economia Institucional (NEI) e em seus pressupostos com o intuito de contribuir para essa discussão.

Na década de 70, houve a retomada da teoria institucional nas ciências sociais. A partir de então, pesquisas em diferentes áreas, como na ciência política, na economia, na sociologia e na administração, reativaram o interesse pelas instituições como elemento fundamental para o entendimento da realidade social, sendo que cada uma tem oferecido subsídios para o entendimento de fenômenos sociais em seus respectivos âmbitos do conhecimento (Carvalho, Vieira, & Goulart, 2005; Hall & Taylor, 1996).

Nas discussões sobre as tendências teóricas e de investigação sociológicas, a perspectiva institucional é apontada como um dos construtos teóricos mais proeminentes e populares para explicar o funcionamento e evolução da sociedade organizacional (Carvalho et al., 2005; Dacin, Goodstein, & Scott, 2002; Streeck & Thelen, 2005).

O ressurgimento da análise institucional pode ser visto como uma alternativa heterodoxa ao neoclassicismo, entretanto, sem abandoná-lo. Sua principal premissa está relacionada à definição da centralidade das instituições na dinâmica e desenvolvimento de sistemas econômicos, introduzindo a estrutura social como determinante nos processos econômicos (Espino, 2001; North, 1993; O E Williamson, 1998).

O programa teórico da perspectiva Neoinstitucional foi formulado principalmente por Douglas North, sendo que seu argumento central é que as instituições são a causa “profunda” ou “primordial” do desenvolvimento econômico. (Przeworski, 2005).

Por definição, as instituições são as regras do jogo de uma sociedade ou, mais formalmente, são as restrições humanamente concebidas que estruturam suas interações. Elas são compostas por regras formais (lei estatutária, direito de propriedade, regulamentos) e restrições informais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta) (North, 1991, 1993; Streeck & Thelen, 2005).

Ao longo da história, as instituições foram concebidas pelos seres humanos para criar ordem e reduzir a incerteza nas trocas. Elas evoluem de forma incremental, conectando o passado com o presente e o futuro. As instituições proporcionam a estrutura de incentivos de uma sociedade e à medida que essa estrutura evolui, ela molda a direção da mudança econômica em direção ao crescimento, estagnação ou declínio. (North, 1991).

#### 2.1.1 Racionalidade Instrumental *versus* Racionalidade Limitada

A NEI é uma tentativa de incorporar a teoria das instituições nas análises econômicas. Entretanto, essa nova abordagem não pretende revogar ou substituir a teoria neoclássica. Ela se baseia, modifica e amplia a teoria neoclássica para permitir que ela atenda e lide com uma série de questões até então fora do seu alcance. Foram mantidos os pressupostos fundamentais

da teoria neoclássica que trata da escassez e, portanto, da concorrência - base da abordagem teórica da escolha que está subjacente à microeconômica. Por outro lado, essa abordagem abandona a racionalidade instrumental, uma vez que em um mundo de racionalidade instrumental, as instituições são desnecessárias; idéias e ideologias não importam; e mercados eficientes caracterizam economias (North, 1993).

Dessa forma, os estudos sobre a racionalidade limitada abrem espaço para os elementos subjetivos do conhecimento humano. A teoria cognitiva advoga sobre a impossibilidade da deliberação racional totalmente consciente sobre todos os aspectos do comportamento. Em função da grande quantidade de informação e da imensa capacidade de processamento que isso exigiria, surgem, assim, conceitos como assimetria de informação e *bounded rationality*. (Simon, 2000; O E Williamson, 1998).

A informação incompleta e a racionalidade limitada determinam o custos da transação que estão subjacentes à formação das instituições. Os custos das transações surgem porque a informação é dispendiosa e distribuída assimetricamente entre as partes (North, 1993; Walker & Weber, 1984; Oliver E. Williamson, 1979).

Sendo assim, a NEI, além de modificar o postulado de racionalidade, acrescenta às instituições uma restrição crítica e analisa o papel dos custos de transação como a conexão entre instituições e os custos de produção. Essa abordagem estende a teoria econômica incorporando ideias e ideologias na análise, modelando o processo político como um fator crítico no desempenho das economias, como fonte do desempenho diversificado das economias e como explicação para mercados "ineficientes". (North, 1993)

### 2.1.2 Mudança institucional, Legitimidade e Isomorfismo

Como já foi dito anteriormente, ao que tudo indica, o modelo econômico clássico não foi suficiente para implementar as reformas do mercado e criar políticas macroeconômicas para alcançar um desenvolvimento que fosse incluyente, sustentável e sustentado, conforme preconiza Sachs (2008). Portanto, é necessário ter instituições novas e mais eficientes para enfrentar os desafios da globalização. Assim, o novo institucionalismo oferece uma alternativa para repensar o desenvolvimento econômico, em um cenário de crise paradigmática do neoliberalismo em que mudanças se tornam emergenciais (Espino, 2001).

A complexidade das mudanças políticas, regulamentares e tecnológicas que enfrentam a maioria das organizações fez com que a mudança e a adaptação das organizações fossem uma questão central das pesquisas. Para compreender como as organizações reagem às prescrições institucionais, se faz necessário entender como se dá o processo de mudança (Greenwood & Hinings, 1996).

A teoria institucional mostra como os comportamentos organizacionais são respostas não apenas às pressões do mercado, mas também às pressões institucionais (Estado, ONGs, sociedade civil organizada) (Greenwood & Hinings, 1996; North, 1993; Streeck & Thelen, 2005).

A análise das mudanças institucionais se dá sob a perspectiva do conflito de interesses, que se resolve no processo de implementação das instituições. Essa é uma visão dinâmica das instituições, em que se considera a natureza delas e a atuação do indivíduo como transformador social (Mahoney & Thelen, 2010).

Para North (1993), a mudança econômica é um processo contínuo e incremental, é uma consequência das escolhas que os indivíduos e os empresários das organizações estão fazendo diariamente. Embora a grande maioria dessas decisões seja rotineira, algumas envolvem a alteração de "contratos" existentes entre indivíduos e organizações, que podem refletir na estrutura da organização, na alteração de regras, na mudança de preço, na qualidade de um produto. E assim, as instituições estão sendo gradualmente modificadas.

Nas organizações, a fonte fundamental de mudança está relacionada à intensidade da concorrência entre elas. A concorrência é uma consequência da escassez e, portanto, as organizações estão em busca de aprender a sobreviver (North, 1993).

Diante desse cenário de concorrência, DiMaggio & Powell (1983) observam com certa estranheza a prevalência da homogeneidade das organizações, em detrimento da variação. Ao tentar explicar esse fenômeno, eles trazem o conceito de isomorfismo que pode ser classificado em: coercivo, mimético e normativo. O isomorfismo coercitivo ocorre quando as empresas adotam um comportamento como resposta às pressões políticas. O isomorfismo normativo é decorrente de um conjunto de normas e procedimentos correspondentes a ocupações ou atividades específicas. O isomorfismo mimético é caracterizado pela adoção de modelos testados e bem-sucedidos em organizações similares.

Vale destacar que essa homogeneidade nem sempre reflete somente a busca por eficiência e lucro, mas também o aumento da legitimidade e da sobrevivência organizacionais. A institucionalização envolve os processos pelos quais as normas, as obrigações ou as realidades sociais passam a assumir um status de regra no pensamento e na ação social. Assim, os elementos da estrutura formal, como políticas, prestígio social e leis, são manifestações de regras institucionais poderosas que funcionam como mitos racionalizados (Meyer & Rowan, 1977).

Sendo assim, o isomorfismo institucional promove o sucesso e a sobrevivência das organizações por meio da incorporação de elementos legitimados, ainda que não eficientes; do emprego de critérios de avaliações externos ou cerimoniais para definição de valores dos elementos estruturais e da dependência de instituições fixas que reduzem as turbulências e mantêm a estabilidade (Meyer & Rowan, 1977). Consequentemente, as estruturas racionais das organizações se desenvolvem nos contextos em que as demandas das relações interorganizacionais encorajam o desenvolvimento de estruturas de controle e coordenação (eficiência e vantagem competitiva). Além disso, a interligação entre relações sociais, organizações coletivas da sociedade e a liderança das elites organizacionais criam um contexto altamente institucionalizado (legitimidade, estabilidade e recursos).

## 2.2 Políticas Ambientais e o comportamento das organizações

As políticas ambientais da década de 70 e 80 eram basicamente voltadas para o aumento da regulação das atividades poluidoras. Havia um consenso geral de que a regulação era necessária para garantir a proteção ambiental adequada. Embora, as regulações ambientais tenham atingido melhoras significativas na qualidade do ambiente, elas foram duramente criticadas por serem de alto custo e inflexíveis. Os altos custos estão relacionados aos custos de conformidade e aos custos administrativos e de transação de todas as partes envolvidas, ambos na fase de desenho da política e durante a implementação (Jordan, Wurzel & Zito, 2003; Prakash, 2000; Segerson & Li, 2000; Sterner, 2003; Sterner & Coria, 2012).

Uma resposta a esses custos elevados foi o aumento do interesse em experimentar ferramentas de política ambiental baseadas nos preços de mercado para induzir a redução da poluição. Uma segunda resposta é o aumento do uso de instrumentos voluntários para a proteção ambiental. Os poluidores voluntariamente empreendem medidas de controle de poluição ao invés de realizá-las em resposta a uma exigência regulatória. Na década de 90 houve a proliferação de diversos acordos entre governos e firmas poluidoras em resposta às exigências regulatórias. Enquanto os acordos são geralmente bilaterais, as firmas podem também tomar medidas unilaterais voluntárias para reduzir a poluição (Jordan et al., 2003; Prakash, 2000; Segerson & Li, 2000; Sterner & Coria, 2012).

Essas medidas estão se tornando cada vez mais populares. Em 1997, a Agência Europeia do Ambiente (EEA) divulgou um total de 15 acordos voluntários em cerca de 300 na

União Europeia (UE), sendo que esse número aumenta a cada ano. No início da década de 1970, era praticamente inexistente esse tipo de instrumento, a maioria dos países dependia da regulação por meio de instrumento de comando e controle para gerenciar a relação entre sociedade, economia e meio ambiente (Jordan et al., 2003).

De acordo com Relatório da OECD (2003), o comportamento proativo das empresas para melhorar o desempenho ambiental deve ser bem-vindo, embora não seja o único caminho viável para atingir as metas ambientais. Há estudos indicando que as empresas podem se beneficiar com essas ações voluntárias. Entretanto, há divergências quanto à utilidade em se basear somente nas abordagens voluntárias para alcançar metas ambientais, uma vez que as empresas têm seu foco na eficiência econômica e redução dos custos.

Porter & Van Der Linde (1995) tentam desconstruir essa ideia de ecologia *versus* economia, ao afirmar que as organizações podem aumentar a produtividade de seus recursos com inovações que reduzam o impacto ambiental, transformando investimentos socioambientais em vantagens competitivas.

Jennings & Zandbergen (1995) suscitam um debate a respeito do pensamento divergente dos teóricos organizacionais e dos teóricos ecológicos sobre o papel das organizações no que diz respeito à sustentabilidade. Em um extremo, estão os teóricos organizacionais que veem a sustentabilidade como um subtópico da eficácia organizacional. Para eles, a definição mais aceita é a definição da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED), a "Comissão *Brundtland*": que diz que a sustentabilidade é um desenvolvimento que atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para atender às suas próprias necessidades.

Em contraposição, na visão dos ecólogos, a sustentabilidade organizacional faz parte de um conceito maior, a "sustentabilidade", que, por sua vez, é diretamente relacionado à sobrevivência do sistema em longo prazo. Embora a definição de sustentabilidade mais reconhecida e aceita seja oferecida pelo WCED, essa definição foi criticada por esses teóricos ao defender dois objetivos aparentemente irreconciliáveis, além de estar muito desconectada da ecologia natural e, sobretudo por não ter objetivos operacionais e diretrizes de ação (Jennings & Zandbergen, 1995).

Sendo assim, a fim de atualizar esse debate a respeito do uso de abordagens voluntárias como forma de atingir a sustentabilidade, a OECD propôs uma discussão sobre o uso de abordagens voluntárias na política ambiental de forma isolada e também como parte de um mix de políticas, envolvendo também outros tipos de instrumentos de política. Baseado em uma série de estudos de casos sobre esse tipo de instrumento utilizado em países como Canadá, Dinamarca, Japão e Estados Unidos, ele faz importantes reflexões sobre a eficácia ambiental, a eficiência econômica e os custos administrativos relacionados a esses instrumentos (OECD, 2003).

### **3 Aspectos Metodológicos**

O artigo foi desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica sobre o tema Neoinstitucionalismo e gestão da sustentabilidade, bem como por meio de uma revisão sistemática da literatura nacional sobre a mudança no comportamento das organizações frente às demandas por práticas sustentáveis. A escolha pela revisão sistemática de literatura se deve prioritariamente pelo fato de que diferentemente da revisão de literatura tradicional, o objetivo de uma revisão sistemática consiste em fornecer uma lista tão completa quanto possível de todos os estudos publicados relativos a um determinado assunto, utilizando critérios explícitos e rigorosos (Cronin, Ryan, & Coughlan, 2008).

Deste modo, este estudo utilizou-se do procedimento de revisão sistemática proposto por Cronin et al. (2008), empregado por Guarnieri (2015) e Duarte & Thomé (2015). Com o

intuito de conferir confiabilidade à revisão, Cronin et al. (2008) propõem um protocolo a ser seguido pelos pesquisadores, a saber: (1) formulação da pergunta de pesquisa; (2) critérios de inclusão e exclusão; (3) seleção e acesso da literatura; (4) avaliação da qualidade da literatura; (5) análise, síntese e disseminação dos resultados. A seguir são apresentados os critérios adotados nesta pesquisa de acordo como os autores Cronin et al. (2008).

(a) Formulação da pergunta de pesquisa: Como as dinâmicas institucionais vêm influenciando as políticas ambientais no que diz respeito ao comportamento proativo das empresas?

(b) Estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão: esses critérios estão relacionados às bases científicas selecionadas, ao período de publicação, tipos de artigos, palavras-chave e operadores booleanos. Devido ao fato de o tema ser multidisciplinar e poder ser encontrado em periódicos de diversas áreas como: Análise de Decisões; Administração; Engenharia da Produção; Ciências Ambientais; Economia Ambiental; Economia Ecológica; definiu-se que a pesquisa ocorreria nas bases: (a) SciELO; e, (b) Google Acadêmico, os quais são multidisciplinares e abrangem artigos de periódicos de todas as áreas supracitadas. Após a definição das bases, estabeleceu-se que não haveria definição quanto ao período de publicação, uma vez que se pretendia identificar mudanças de comportamento ao longo do tempo. Quanto às palavras-chave, elas foram definidas com base na questão da pesquisa, quais sejam: "teoria institucional", "mudança institucional", "comportamento das empresas", "sustentabilidade". No tocante aos tipos de trabalhos, definiu-se que seriam abrangidos somente artigos completos publicados em periódicos, o que excluiu artigos publicados em anais de eventos, patentes, capítulos de livros, teses e dissertações. No que se refere aos operadores booleanos utilizados, optou-se pelo operador *and*, excluindo-se os operadores *not* e *or*.

(c) Seleção e acesso de literatura: os resultados gerais da busca retornaram 116 resultados. Segundo os critérios de inclusão e exclusão mencionados no tópico anterior, 60 trabalhos foram excluídos da população, pois são artigos referentes a congressos e eventos, relatórios de pesquisa, teses ou dissertações.

(d) Avaliação da qualidade da literatura incluída na revisão: foi realizada uma análise do Resumo (Abstract) dos artigos, de modo a verificar a pertinência e qualidade dos artigos selecionados. Optou-se por retirar os artigos de periódicos que estão abaixo do extrato B3 do sistema *qualis* capes. Feita essa seleção, apenas 15 artigos foram mantidos.

(e) Análise, síntese e disseminação dos resultados: por fim, os artigos foram lidos na íntegra e analisados detalhadamente.

#### **4 Apresentação dos Resultados**

Esta seção apresenta os resultados dos artigos selecionados para a análise, considerando-se o protocolo de revisão sistemática estabelecido na seção 3. Pelo quantitativo de artigos encontrados, percebeu-se uma produção acadêmica ainda incipiente, porém com trajetória ascendente nos últimos anos. Os artigos serão apresentados em uma ordem cronológica no intuito de traçar uma evolução das pesquisas ao longo do tempo.

O primeiro artigo encontrado enquadra-se como um ensaio teórico e buscou avaliar a certificação ISO 14000 e sua importância diante das práticas sustentáveis. O artigo sustenta o argumento de que a ISO 14000 não resolverá a complexa problemática ambiental brasileira, uma vez que sua incorporação na empresa não representa uma mudança paradigmática em direção à sustentabilidade, mas sim uma mudança da cultura empresarial provocada mais pelas transformações político-econômicas mundiais do que por uma possível conscientização ambiental (Layrargues, 2000).

Dornelas & Patriciane (2005) revisaram a literatura nacional que trata das pressões que



têm gerado mudanças organizacionais quanto às práticas ambientais. As principais pressões apontadas foram: observância da lei, multas e custos punitivos, organizações ativistas ambientais, cidadania despertada, sociedades, coalizões e associações, investidores ambientalmente conscientes, preferência do consumidor, mercados globais, política global e organizações internacionais e concorrência. Esses achados ao de encontro aos pressupostos da Teoria Neoinstitucional, que creditam as pressões das instituições, por meio dos atores e suas estruturas de governança, ao processo de mudança do comportamento das organizações.

Em consonância com o objetivo do artigo de Layrargues (2000), Cabral (2006) também pretendia identificar em que medida as diretivas da política ambiental brasileira são capazes de promover mudanças substantivas no âmbito das organizações empresariais, em congruência com os pressupostos do desenvolvimento sustentável, especialmente naqueles segmentos empresariais responsáveis por grandes impactos no meio ambiente, a exemplo de empresas de exploração mineral. Como resultado de sua pesquisa, o autor considera que houve a consolidação de uma política ambiental no Brasil e que esta vem promovendo mudanças no comportamento das empresas, especialmente daquelas que atuam em setores produtivos que causam forte impacto ao meio ambiente, a exemplo da indústria extrativa mineral. No que diz respeito à mudança de comportamento das organizações, Cabral (2006) afirma que tais mudanças foram impulsionadas pela criação de leis ambientais, assim como por pressão de atores políticos no âmbito local e nacional e pela pressão de consumidores e investidores externos. Por meio da regulação ambiental promovida pelo Estado, mecanismos de controle têm impulsionado tais mudanças, a exemplo das certificações ambientais. Esse estudo evidenciou que a atuação internacional é um importante fator sobre a gestão para a sustentabilidade no setor mineral, tendo em vista a sua representatividade econômica e que as empresas as quais atuam no mercado externo parecem estar mais fortemente engajadas com a adoção de práticas sustentáveis quando comparadas às empresas que não atuam, impactando o seu comportamento no mercado e a sua competitividade.

Rodrigues & Ferreira (2006) analisaram os resultados de rentabilidade econômica de empresas siderúrgicas brasileiras que obtiveram a certificação ISO 14001. Essa discussão sobre a postura ambientalmente correta das organizações suscitou o questionamento sobre a existência de relação entre performance ambiental e performance econômica. De acordo com os resultados encontrados há relação positiva entre gestão ambiental e esses indicadores. Os autores destacam também uma reação em cadeia na qual as empresas com desempenho financeiro superior e, conseqüentemente, mais bem avaliadas em função de sua prática socioambiental, serviriam de modelo, na melhor forma de benchmarking corporativo e competitivo, gerando assim uma onda de comprometimento social no meio empresarial para um determinado ramo econômico. Esse estudo corrobora com os estudos de DiMaggio & Powell (1983) que versam sobre a homogeneização do comportamento das organizações por meio dos processos isomórficos.

Na pesquisa de Serra, Teixeira & Ferreira (2008), foi utilizado um estudo de caso de uma empresa enquadrada como ética e socialmente responsável do setor de *Agribusiness*. De acordo com resultados da pesquisa, os principais motivos para que a responsabilidade social corporativa passasse a fazer parte da estratégia da empresa foram as dificuldades financeiras na década de 90, que a levaram a avaliar seu posicionamento, crenças e culturas, o que demonstra a importância da reputação e da capacidade de competir face às crescentes exigências governamentais e da população.

Corrêa (2010) avaliou o processo de institucionalização de práticas organizacionais e também a influência que estas têm sobre o comportamento e as mudanças organizacionais em sistemas agroindustriais, no caso do setor florestal do Estado do Rio Grande do Sul. O instrumento proposto para melhor adequar o uso e ocupação do bioma pampa, denominado de Zoneamento Ambiental para a Atividade da Silvicultura (ZAS) gerou discussões técnicas

entre instituições públicas e privadas desde seu nascimento e até concretização. Os principais achados do estudo apontam que os atores envolvidos ainda parecem estar distantes de um acerto amigável quanto à questão do ZAS e fatores como diretrizes técnicas e legislação conflituosa são os maiores focos de discussão entre as instituições.

Outro setor também analisado quanto às práticas sustentáveis foi o da construção civil. Sabado & Filho (2011) verificaram como práticas de sustentabilidade foram capazes de modificar as ações, processos e produtos das empresas. O objetivo da pesquisa foi identificar as principais características isomórficas do campo organizacional da construção civil em Belém-PA. Na indústria da construção civil pesquisada foi possível verificar que, em geral, os empresários não se preocupam em aplicar integralmente os processos e ações que caracterizam o “edifício verde”, uma vez que os clientes não valorizam essas práticas e elas têm um maior custo. O estudo sugere que somente por meio de ações coercitivas seria possível provocar uma mudança nas características construtivas. Por fim, os autores concluem que, embora, o isomorfismo esteja presente no setor, ele se manifesta de forma lenta, mais impulsionado por intervenção governamental (política de financiamento) e menos por inovações técnicas ou tecnológicas (incorporação de tecnologias para impulsionar a sustentabilidade).

Seguindo a mesma lógica do artigo anterior, os autores Roldan, Cabral, Pessoa, Santos & Alves (2012) analisaram o comportamento das empresas de capital aberto do setor de construção, do segmento “Novo Mercado” da BM&FBovespa, quanto à adoção de práticas de gestão ambiental, à luz da teoria institucional. Os autores sintetizaram em três categorias o comportamento das empresas diante das pressões relacionadas à preservação do meio ambiente: estratégias reativas, preventivas e proativas.

Como resultados, constatou-se a presença de isomorfismo entre as empresas com perfil reativo. As evidências sugerem que esse isomorfismo é de caráter eminentemente coercivo, provocado pelas pressões relacionadas à legislação. Entre as empresas de construção com perfil proativo, por sua vez, constatou-se a homogeneidade de práticas para todas as práticas ambientais. Por fim, pela evidenciação das pressões ambientais, constatou-se a presença de isomorfismo coercitivo, advindo das pressões do governo, comunidade do entorno, acionistas, consumidores e clientes; e do isomorfismo normativo e mimético, provocado pelas instituições criadas para motivar a certificação ambiental no setor de construção (Roldan et al., 2012).

Utilizando-se das mesmas categorias propostas no estudo de Roldan et al. (2012), os autores Araújo, Cohen, & Silva (2014) analisaram uma amostra de 142 empresas a fim de verificar se as práticas de gestão ambiental, reativas ou proativas, resultavam em desempenho financeiro diferente. Os resultados apontaram que não houve diferenças significativas entre o desempenho financeiro desses grupos.

Dias, Lima Filho, Pinheiro, Silva & Moreira (2014) também fizeram uso dos pressupostos da Teoria Neoinstitucional que trata dos processos de homogeneização do comportamento das organizações e da legitimidade para averiguar a eventual presença de um processo isomórfico entre os relatórios anuais e de sustentabilidade das empresas que exploram a atividade de mineração, analisando até que ponto o volume de evidenciação de informações dessa natureza são semelhantes. Os resultados permitiram verificar um aumento no volume de informações socioambientais nos dois períodos analisados, o que reforça o pressuposto da legitimidade e de processo isomórfico na evidenciação das informações socioambientais.

Bier & Bassan (2015) procuraram demonstrar a importância de adotar uma gestão preocupada com o ambiente e com a responsabilidade social, a partir de um estudo em uma empresa do ramo de tecnologia da informação e comunicação. Por meio das informações

coletadas e das mudanças ocorridas na empresa, os autores concluíram que a organização se preocupa com o meio ambiente e com sua imagem perante a sociedade e os seus clientes.

Casagrande & Lavarda (2015), em artigo de cunho teórico, analisaram as convergências teóricas entre a governança corporativa e a sustentabilidade, tendo como sustentação a teoria institucional. Para tanto, eles analisaram os aspectos da legitimidade, que ocupam um papel de protagonismo na teoria institucional. Os resultados da pesquisa demonstraram que a governança corporativa recebe alta prioridade na agenda dos formuladores de políticas organizacionais, investidores e acadêmicos, indicando que a ligação desta temática com a busca por legitimidade e a sustentabilidade.

O trabalho de Silva, Gonçalves & Moraes (2015) utilizou o modelo teórico da NEI ao estudar a legitimidade e o isomorfismo como indutores do comportamento organizacional. Os autores analisaram os relatórios de sustentabilidade que seguem as diretrizes propostas pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Os resultados apresentados corroboram com DiMaggio & Powell (1983), os quais afirmam que a utilização de modelos difundidos pelas empresas é uma resposta à incerteza no ambiente organizacional e que as empresas com base no isomorfismo mimético, acabam copiando práticas de outras empresas, independente da atividade econômica que exploram. Os autores concluem que o impulso para esse tipo de divulgação se relaciona com a Teoria da Legitimidade, como forma de firmar a legitimidade perante a sociedade e com a Teoria Institucional, com base no isomorfismo mimético, pois as empresas acabam utilizando modelos de outras empresas para a divulgação de informações socioambientais, independente muitas vezes do setor de atuação, mas influenciadas pelo contexto social e cultural em que estão inseridas.

Em consonância com o trabalho de Silva et al. (2015), os autores Souza, Caldana, Pacheco & Liboni (2015) também analisaram os relatórios de sustentabilidade do conjunto de empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE) da BM&FBovespa do ano de 2014, no que diz respeito às práticas de evidenciação e à gestão ambiental. Em suas conclusões, os autores afirmaram que, quanto à evidenciação das práticas, todas as empresas possuem sua própria maneira de reportar suas práticas de gestão ambiental, não encontrando a estrutura proposta pelo GRI em nenhum dos relatórios, quanto às práticas de gestão ambiental mais evidenciadas, verificou-se que a preocupação está em adequar os processos produtivos aos preceitos da sustentabilidade por meio de seu redesenho e do uso eficiente dos recursos como água e energia elétrica.

Por fim, o último artigo, assim como Cabral (2006) e Dias et al. (2014), também enfatizou as atividades da indústria mineral devido à sua natureza extrativa e aos inúmeros impactos sociais e ambientais negativos relacionados à atividade mineradora. Em síntese, os objetivos específicos da pesquisa eram analisar a tendência para a homogeneidade e heterogeneidade de práticas ambientais das empresas, sua relação com a abordagem de gestão ambiental e com as pressões ambientais evidenciadas. Os resultados evidenciaram que, de modo geral, o comportamento das empresas se diferencia no que se refere à adoção de práticas de gestão para a sustentabilidade e no seu desempenho empresarial de acordo com a sua inserção internacional (Gomes, Kneipp, da Rosa, Bichueti, & Perlin, 2016).

## **5 Considerações Finais**

Ao longo das últimas décadas, é cada vez mais notória a consciência de grande parte da população sobre os problemas ambientais nos níveis local, nacional e global. As questões ambientais e a preocupação sobre os recursos naturais têm crescido em âmbito e urgência. O interesse dos cientistas, políticos e do povo em geral, em saber como lidar com o crescimento populacional, emissão de gases, mudanças climáticas, dentre outros desafios, sucitaram

questões tais como: Como será o futuro? Podemos responder a essas ameaças de forma adequada e a tempo para evitar danos irreversíveis aos sistemas planetários que sustentam a vida? (Harris & Roach, 2017).

Diante desses questionamentos, o tema da gestão da sustentabilidade e sua integração com o desenvolvimento tornou-se uma grande preocupação para as pessoas, empresas e governos ao redor do mundo.

O presente estudo pretendeu apresentar uma discussão teórica a partir dos pressupostos da abordagem neoinstitucionalista, de modo a contribuir para uma melhor compreensão do comportamento das organizações diante das novas demandas sociais, em especial, da sustentabilidade. Além disso, também foi realizada uma revisão sistemática da literatura nacional com o intuito de mapear os artigos publicados no Brasil que discorrem sobre as mudanças organizacionais relacionadas a sustentabilidade e suas principais influências.

Como resultado da análise dos artigos mapeados na literatura nacional, é possível inferir que: a) ainda há poucos estudos sobre os instrumentos proativos/voluntários utilizados pelas empresas, o que pode significar, pouca adesão das empresas a esse tipo de instrumento, sendo mais comuns os instrumentos clássicos de regulação, conhecidos como *cap-and-trade*; b) embora não haja uma especificação quanto ao uso da Teoria Neoinstitucional nos artigos do referencial teórico, para avaliar o contexto em que as mudanças organizacionais estão acontecendo, pelos resultados apontados nos estudos, percebe-se que as organizações respondem às influências do ambiente, não apenas a variáveis concretas, como tecnologia, tamanho, mas também, e em alguns casos com maior ênfase, a valores, crenças e mitos compartilhados, o que está diretamente ligado ao *framework* da NEI; c) há uma crescente homogeneização do comportamento das organizações no que diz respeito aos relatórios de sustentabilidade e sua divulgação com o objetivo de demonstrar a relação da organização com o meio ambiente e com a sociedade dentro de um padrão de conformidade que atende as necessidades de órgão reguladores e todos os *stakeholders*; d) atividades extrativas, devido ao seu grande impacto, estão preocupadas com as questões ambientais e se mostram engajadas com processos de certificação ambiental para demonstrar uma imagem positiva de sua atuação frente ao mercado; e) os processos isomórficos têm sido evidenciados em vários segmentos do mercado no que se refere às práticas sustentáveis, em grande parte seguindo o padrão ISO 14.000, o que é considerado insuficiente para tratar problemas complexos, quando o tema é aspectos e impactos ambientais no Brasil.

Por fim, espera-se ter demonstrado as potencialidades da Nova Economia Institucional como enfoque teórico para analisar as dinâmicas institucionais, em um contexto de pressões dos diversos atores, sobretudo no que diz respeito as demandas sociais por políticas de conservação da natureza, inclusão social e bem-estar.

## Referências

- Araújo, G. A. de, Cohen, M., & Silva, J. F. da. (2014). Avaliação do Efeito das Estratégias de Gestão Ambiental Sobre o Desempenho Financeiro de Empresas Brasileiras. *Revista de Gestão Ambiental E Sustentabilidade*, 3(2), 16–38. <http://doi.org/10.5585/geas.v3i2.93>
- Bier, F., & Bassan, D. S. (2015). Responsabilidade social e ambiental: um estudo de caso em uma empresa de tecnologia em Porto Alegre. *Revista Do Desenvolvimento Regional*, 12(1), 149–164
- Cabral, E. R. (2006). Institucionalização da questão ambiental e exploração mineral no Pará e Minas Gerais: valorização da natureza e inversão da imagem da mineração? *Revista Iberoamericana de Economia Ecológica*, 5, 27–45

- Carvalho, C. A., Vieira, M. M. F., & Goulart, S. M. (2005). A trajetória conservadora da teoria institucional. *Revista Da Administração Pública*, 10(especial), 469–496. Retrieved from <http://www.redalyc.org/pdf/2410/241021497002.pdf>
- Casagrande, R. M., & Lavarda, E. F. (2015). Convergências teóricas entre a governança corporativa e a sustentabilidade sob a perspectiva da legitimidade. *Revista de Gestao Social E Ambiental*, 9(2), 88–101. <http://doi.org/10.5773/rgsa.v9i2.1006>
- Colby, M. E. (1991). Environmental management in development: the evolution of paradigms. *Ecological Economics*, 3(3), 193–213. [http://doi.org/10.1016/0921-8009\(91\)90032-A](http://doi.org/10.1016/0921-8009(91)90032-A)
- Corrêa, A. O. de F. (2010). O zoneamento ambiental da silvicultura do rio grande do sul. Principais atores e uma perspectiva jurídico-institucional. *Revista de Gestão Social E Ambiental*, 4(2), 118–137
- Cronin, P., Ryan, F., & Coughlan, M. (2008). Undertaking a literature review: A step-by-step approach. *British Journal of Nursing*, 17, 38–43
- Dacin, M. T., Goodstein, J., & Scott, W. R. (2002). Institutional theory and institutional change: Introduction to the special research forum. *Academy of Management Journal*, 45(1), 45–57. <http://doi.org/10.2307/3069284>
- Dias, C. P., Lima Filho, R. N., Pinheiro, F. M. G., Silva, T. B. de J., & Moreira, R. do C. (2014). Evidenciação De Informações Socioambientais, Teoria Da Legitimidade E Isomorfismo: Um Estudo Com Mineradoras Brasileiras. *Revista de Gestão E Contabilidade Da UFPI*, 1(1), 100–118. <http://doi.org/10.4270/ruc.2012107>
- DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organisation Fields. *American Sociologists Review*. <http://doi.org/10.2307/2095101>
- Dornelas, M. A., & Patriciane, N. N. (2005). Meio Ambiente X Organizações: Uma discussão dos efeitos causados pela atuação das organizações diante da questão ambiental. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 4(1), 1–20
- Duarte, S. C. de L., & Thomé, K. M. (2015). Short food supply chain: estado da arte na academia brasileira. *Estudos Sociedade E Agricultura*, 2(2015), 315–340
- Espino, J. A. (2001). Instituciones y economía. Una introducción al neoinstitucionalismo económico. *Región Y Sociedad*, 13, 193–197
- Gomes, C. M., Kneipp, J. M., da Rosa, L. A. B., Bichueti, R. S., & Perlin, A. P. (2016). Gestão para a sustentabilidade e desempenho empresarial: uma análise a partir da inserção internacional em empresas do setor mineral. *Sistemas & Gestão*, 11(1), 101–111
- Greenwood, R., & Hinings, C. R. (1996). Understanding radical organizational change: Bringing together the old and the new institutionalism. *Academy of Management Review*, 21(4), 1022–1054. <http://doi.org/10.5465/AMR.1996.9704071862>

- Guarnieri, P. (2015). Síntese dos principais critérios, métodos e subproblemas da seleção de fornecedores. *Revista de Administração Contemporânea*, 19(1), 1–25. <http://doi.org/10.1590/1982-7849rac20151109>
- Hall, P. A., & Taylor, R. C. R. (1996). Political Science and the Three New Institutionalisms. *Political Studies*, XLIV(June), 936–957. <http://doi.org/10.1111/j.1467-9248.1996.tb00343.x>
- Harris, J. ., & Roach, B. (2017). Changing Perspectives on the Environment CHAPTER. In *ENVIRONMENTAL AND NATURAL RESOURCE ECONOMICS: A CONTEMPORARY APPROACH* (pp. 1–15)
- Jennings, P., & Zandbergen, P. A. (1995). Ecologically Sustainable Organizations: An Institutional Approach. *The Academy of Management Review*, 20(4), 1015–1052. <http://doi.org/10.5465/AMR.1995.9512280034>
- Jordan, A., Wurzel, R. K. W., & Zito, A. R. (2003). “New” instruments of environmental governance: Patterns and pathways of change. *Environmental Politics*, 12(1), 1–26. Retrieved from <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-0038137114&partnerID=40&md5=0e483da3ca1d042ce2e341a77af848c3>
- Layrargues, P. P. (2000). Sistemas de gerenciamento ambiental, tecnologia limpa e consumidor verde: a delicada relação empresa-meio ambiente no ecocapitalismo. *Revista de Administração de Empresas*, 40(2), 80–88. <http://doi.org/10.1590/S0034-75902000000200009>
- Mahoney, J., & Thelen, K. (2010). *Explaining Institutional Change: Ambiguity, Agency and Power*. Cambridge University Press
- Meyer, J. W., & Rowan, B. (1977). Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony. *Source: American Journal of Sociology American Journal of Sociology This Content Downloaded from*, 83174254(132), 340–363. <http://doi.org/10.1086/226550>
- North, D. C. (1991). Institutions. *The Journal of Economic Perspectives*, 5(1), 97–112
- North, D. C. (1993). The New Institutional Economics and Development. *EconWPA Economic History*, (January), 3–6. Retrieved from [http://www.deu.edu.tr/userweb/sedef.akgungor/Current topics in Turkish Economy/north.pdf](http://www.deu.edu.tr/userweb/sedef.akgungor/Current%20topics%20in%20Turkish%20Economy/north.pdf)
- OECD. (2003). Voluntary Approaches in Environmental Policy. *Policy Brief*. <http://doi.org/10.1007/978-94-015-9311-3>
- Porter, M. E., & Van Der Linde, C. (1995). Green and Competitive: Ending the Stalemate. *Harvard Business Review*. Retrieved from [http://www.ie.ufrj.br/oldroot/hpp/intranet/pdfs/artigo\\_porter\\_linde\\_thegreenadvantage\\_1995.pdf](http://www.ie.ufrj.br/oldroot/hpp/intranet/pdfs/artigo_porter_linde_thegreenadvantage_1995.pdf)
- Prakash, A. (2000). Greening the Firm: an introduction. In Cambridge University Press (Ed.),

*Greening the Firm The Politics of Corporate Environmentalism*

- Przeworski, A. (2005). A última instância: as instituições são a causa primordial do desenvolvimento econômico? *Novos Estudos-CEBRAP*, 72, 59–77. <http://doi.org/10.1590/S0101-33002005000200004>
- Rodrigues, A. C. M., & Ferreira, R. do N. (2006). Gestão ambiental e rentabilidade de empresas siderúrgicas. *Revista Brasileira de Contabilidade*, 161, 46–63
- Roldan, V. P. S., Cabral, A. C. D. A., Pessoa, M. N. M., Santos, S. M. Dos, & Alves, J. F. V. (2012). Gestão ambiental nas empresas de capital aberto do segmento “Novo Mercado”: discutindo a homogeneidade e heterogeneidade de práticas à luz da teoria institucional. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 11(2), 193–216. <http://doi.org/10.5329/RECADM.20121102003>
- Sabado, J. O. S., & Filho, M. C. F. (2011). Ações de sustentabilidade influenciando o isomorfismo no campo das organizações da indústria de construção civil. *REUNA*, 16(4), 27–42
- Sachs, I. (2008). *Desenvolvimento: incluindo, sustentável, sustentado*. Garamond.
- Segerson, K., & Li, N. (2000). Voluntary approaches to environmental protection. In *The International Yearbook of Environmental and Resource Economics*
- Serra, F., Teixeira, W., & Ferreira, M. P. (2008). A responsabilidade social no Brasil: o caso da cooperativa COCAMAR. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)*, 7(2), 1–14. Retrieved from [www.isp.pt](http://www.isp.pt)
- Silva, G. D. da, Gonçalves, M. N., & Moraes, R. de O. (2015). Global Reporting Initiative (gri): uma análise da adesão às diretrizes pelas empresas listadas no novo mercado sob a perspectiva das teorias institucional e da legitimidade. *SINERGIA*, 19(2), 91–103
- Simon, H. a. (2000). Bounded rationality in social science: Today and tomorrow. *Mind & Society*, 1(1), 25–39. <http://doi.org/10.1007/BF02512227>
- Souza, A. A. A. de, Caldana, A. C. F., Pacheco, L. M., & Liboni, Ç. B. (2015). Ações de Redução de Impacto Ambiental das Empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade da BM&Bovespa. *Revista ALCANCE Eletrônica*, 22(2), 33–54
- Sternier, T. (2003). Causes of Environmental Degradation. In *Policy Instruments for Environmental and Natural Resource Management* (1<sup>a</sup>, p. 504). Resources for the Future.
- Sternier, T., & Coria, J. (2012). Policy Instruments for the Management of Natural Resources and Ecos. In *Policy Instruments for Environmental and Natural Resource Management* (Second Edi, Vol. 53). RFF Press. <http://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Streeck, W., & Thelen, K. (2005). *Introduction : Institutional Change in Advanced Political Economies. Beyond continuity: institutional change in advanced political economies*. <http://doi.org/10.1111/j.1467-8543.2009.00746.x>
- Walker, G., & Weber, D. (1984). A Transaction Cost Approach to Make-or-buy Decisions.

*Administrative Science Quarterly*, 29(3), 373–391

Williamson, O. E. (1979). Transaction-cost economics: The governance of contractual relations. *Journal of Law and Economics*, 22(2), 233–261. <http://doi.org/10.1086/466942>

Williamson, O. E. (1998). The Institutions of Governance. *The American Economic Review*, 88(2), 75–79